



## AS ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DO EMPOWERMENT DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Paloma Abelin<sup>1</sup>  
Hebe Signorini Gonçalves<sup>2</sup>

**Resumo:** No Brasil, as estratégias elaboradas pelas políticas públicas e executadas no dia-a-dia dos serviços de atendimento para a promoção empowerment de mulheres em situação de violência doméstica de gênero têm sido o registro policial e o uso da Lei Maria da Penha. Estas vêm se apresentando como as formas principais e/ou essenciais para o rompimento da situação de violência, assim como para a garantia de acesso das mulheres a determinados serviços. Com vistas ao alcance do empowerment, observa-se uma crescente normatização dos espaços e dos caminhos que as mulheres devem seguir para chegar à ruptura da situação de violência. Regras de acesso a serviços e trajetórias de chegada à emancipação são apresentadas às mulheres como via efetiva para o rompimento da violência, ignorando ou diminuindo suas próprias construções no processo de autonomia e fortalecimento subjetivo. Pretende-se neste trabalho apresentar as definições do conceito de empowerment, os limites deste conceito e as possibilidades para o seu uso, especificamente no campo da violência doméstica contra a mulher. Pretende-se também colocar em exame as estratégias promotoras de empowerment feminino nas situações de violência doméstica no Brasil e refletir a respeito da adoção de outras estratégias possíveis para o alcance deste por parte das mulheres. O trabalho é parte do projeto de mestrado da primeira autora, sob orientação da segunda.

**Palavras-chave:** Violência de gênero, mulheres, empowerment

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFRJ.  
E-mail: ppabelin@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ  
E-mail: hebe@globo.com

## **Introdução**

Escolher o termo empowerment<sup>3</sup> para discutir a violência contra a mulher é escolher olhar por um viés positivo para o fenômeno- um viés de enfrentamento e de possibilidade de superação. Enquanto a literatura sobre o tema está mais preocupada com os percalços encontrados pelas mulheres nas suas formas de enfrentamento, nos fatores que mantêm que as mulheres em casa ainda que vivam situações de violência ou nas razões pelas quais as mulheres não denunciam seus parceiros, é importante acrescentar à discussão sobre a violência contra a mulher um elemento que permita analisar a questão sob a perspectiva das possibilidades de movimentos de transformação da situação.

E é por isso que a escolha do empowerment faz sentido para promover essa análise no campo da violência contra a mulher.

Entre os múltiplos sentidos do termo, encontra-se alguma estabilidade no que diz respeito à noção de transformação presente nele. Os debates referentes aos seus sentidos constantemente apresentam a importância de não se olhar apenas a perspectiva individual, no sentido da busca pela autonomia independente das condições sociais, mas atentar para o fato de que só há empowerment se houver transformação pessoal atrelada a mudanças estruturais (Freire e Shor, 2011, Carvalho 2004, León, 2001).

A violência de gênero é um fenômeno estrutural que pode se traduzir nas relações interpessoais (Almeida, 2007). Ela se baseia em uma estrutura desigual entre os gêneros e aparece nas relações conjugais entre homens e mulheres. Esse caráter de imbricamento micro/macro presente na violência de gênero convida à utilização de conceitos de análise que o levem em conta, o que é o caso do termo empowerment.

Quando falamos de empowerment para discutir a violência de gênero, trata-se também de se comprometer com uma visão mais global das estratégias de enfrentamento do fenômeno. Pensar em estratégias de empowerment é também pensar na multiplicidade de formas de intervir em situações de opressão e desigualdade (Vasconcelos, 2003). A violência de gênero traduz situações que dizem respeito à desigualdade de gênero mas está presente em um campo atravessado pela desigualdade social, de raça, entre outras especificidades de cada situação. Saffioti (2005) lembra da

---

<sup>3</sup> A opção pelo uso do termo em inglês se dá para a manutenção do sentido de transformação iniciada pelo indivíduo e para a preservação da riqueza do termo (Freire e Shor, 2011).

existência do nó gênero/raça/classe social, que não deve ser ignorado mesmo quando (ou especialmente quando) isolamos uma dessas desigualdades em nossas pesquisas e análises no campo.

Pensar então em estratégias globais de enfrentamento é reconhecer que para lidar com a violência de gênero precisamos de instrumentos e de formas de análise que não dizem respeito apenas às questões especificamente de gênero. Para intervir nesse fenômeno, é necessário levar em consideração e levantar estratégias que dizem respeito a outras questões além do gênero.

A perspectiva de transformação do empowerment não vem isolada da noção de movimentos iniciados por aqueles que a desejam e estão no alvo das situações de desigualdade (Carvalho, 2004, Laverack, 2006, Freire e Shor, 2011). O empowerment só acontece se parte da pessoa ou do grupo que se encontra em situação de desigualdade e a contraposição dessa noção com as orientações e o cotidiano dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher geraram reflexões importantes para esta pesquisa que serão exploradas adiante. No lugar da valorização dos movimentos próprios e possíveis das mulheres em situação de violência, observa-se o estabelecimento de normas cristalizadas para o enfrentamento da violência. Essa observação é baseada nas normas técnicas que orientam os serviços de atenção à mulher em situação de violência e nas experiências da autora como profissional de um centro de referência para mulheres.

Para a exploração dos sentidos do empowerment, serão apresentadas três linhas de análise do termo que vão de encontro com as noções descritas acima. O termo será analisado sob a perspectiva dos estudos de gênero, do projeto de promoção da saúde e da educação libertadora.

## **Os sentidos do empowerment**

### **A. O Empowerment nos estudos de gênero**

Desde o início do uso do termo empowerment na produção da teoria feminista, ele se generalizou e se espalhou no âmbito internacional, nacional e local. Isso se deu com mais força nas últimas décadas, especialmente por causa da sua pertinência para as experiências práticas das mulheres, sobretudo as experiências de base.

A ampliação do uso do termo trouxe ambivalências, contradições e paradoxos na utilização do conceito no movimento feminista e nem sempre há consenso quanto ao seu sentido. Uma das principais contradições se expressa no debate entre empowerment individual e coletivo. O empowerment, no movimento feminista, inclui tanto a mudança individual como a ação coletiva. A autoconfiança e a autoestima devem se integrar em um processo comunitário, de cooperação e solidariedade (León, 2001).

O termo começou a ser usado pelo feminismo na década de 60, quando os estudos sobre poder começaram a adquirir importância nas ciências sociais. Existia, nesse momento, a necessidade de visibilizar as necessidades práticas e os interesses estratégicos das mulheres. Ou seja, era importante tornar visíveis tanto as demandas necessárias para que as mulheres sobrevivessem no dia-a-dia como as transformações necessárias nas relações de poder entre os gêneros. O empowerment, nesse sentido, aproxima o aspecto prático e o aspecto estratégico, dando importância às mudanças que devem ser realizadas nos dois âmbitos sem desconsiderar nenhum deles.

O empowerment foi, portanto, uma maneira de compreender o desenvolvimento das mulheres como inserido em uma estrutura de desigualdade. Foi também uma forma encontrada pelo feminismo para enfatizar a importância da existência de conscientização sobre as desigualdades de gênero e a importância da participação e da organização social das mulheres.

Na teoria feminista, a promoção do empowerment, entretanto, não se dá por fórmulas diretas ou infalíveis. Anuncia-se a necessidade de buscar estratégias holísticas já que não se trata de um processo linear com início e fim definidos de maneira igual para diferentes grupos de mulheres:

“El empoderamiento es diferente para cada individuo o grupo según su vida, contexto e historia, y según la localización de la subordinación em lo personal, familiar, comunitario, nacional, regional y global”. (León, 2001, p.104)

Permanece como ideia central o fato de que, para a teoria feminista, os processos de empowerment são um desafio à ideologia patriarcal e têm por objetivo a transformação das estruturas que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social, sem ignorar processos individuais e demandas cotidianas.

## B. O empowerment no projeto de promoção da saúde

Carvalho (2004), ao discutir a promoção da saúde no Brasil, apresenta definições para o empowerment psicológico e comunitário. O psicológico refere-se a um sentimento de controle em relação a própria vida e é criticado pelo autor. De acordo com ele, essa ideia de empowerment não se preocupa com a modificação das estruturas sociais e é ilusório, sem corresponder à existência efetiva do empowerment.

O autor lembra que há na nossa sociedade uma distribuição desigual de poder e de controle. O empowerment comunitário, conceito adotado por ele, exige o enfrentamento de fatores referentes à estrutura de poder presente na esfera micro e macrossocial, o que conseqüentemente implica na redistribuição desse poder.

Essa redistribuição de poder é processo e resultado da promoção de empowerment e acontece na esfera pessoal, intersubjetiva e política, em um continuum desde a primeira até a última, e reconhece as relações mútuas entre macroestruturas e sujeitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, a promoção do empowerment comunitário só deve ter início e se desenvolver a partir de cada indivíduo ou coletivo, e não por meio de um movimento externo:

“Mais do que repassar informações e induzir determinados comportamentos, o ‘empowerment comunitário’ deve buscar apoiar pessoas e coletivos a realizarem suas próprias análises para que tomem as decisões que considerem corretas, desenvolvendo a consciência crítica e a capacidade de intervenção sobre a realidade”. (Carvalho, 2004, p. 1092)

Essa ideia é corroborada por Laverack (2006), que afirma que a essência do empowerment é justamente o fato de que não pode ser concedido por outros, mas sim conquistada pelos sujeitos que o buscam.

## C. O empowerment no projeto da educação libertadora

Pensando que a desconstrução das relações sociais de poder pode acontecer por meio da educação libertadora, Paulo Freire discute o conceito do empowerment. O autor apresenta os riscos no uso desse termo, que pode remeter a um processo simplista e individual de transformação. Ainda que as pessoas possam desenvolver níveis de

independência, transformações mais amplas são necessárias para se falar em empowerment (Freire e Shor, 2011).

Tendo essa ressalva em vista, o autor compreende empowerment como empowerment de classe social: “Indica um processo político de classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação” (p.189).

Tom Heaney, ao escrever sobre os principais termos usados por Paulo Freire, apresentou o empowerment como consequência da educação libertadora. O poder seria criado no dia-a-dia entre grupos de pessoas que aprendem. O empowerment, então, aconteceria em grupos e teria como foco as transformações culturais; é tanto um processo de luta coletiva como o produto da libertação da dominação social (Haney, 1995).

Leila de Castro Valoura, debatendo este termo a partir da ótica de Paulo Freire, enfatiza o aspecto ativo do empowerment:

“Para o educador, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer”. (Valoura, 2005, p.2)

### **Políticas e normas: estratégias para o empowerment de mulheres em situação de violência no Brasil**

A Norma Técnica de Uniformização- Centros de Referência e de Atendimento à mulher em situação de violência é o documento que orienta as práticas dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência. Os Centros de Referência funcionam como serviço de acolhimento e acompanhamento da mulher em situação de violência e como articuladores de serviços dos quais ela venha a precisar (Brasil, 2006).

A criação desses serviços é resultado das diretrizes e ações estabelecidas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que prevê a prevenção e o combate à violência de gênero como um dos seus objetivos (Brasil, 2005).

As normas técnicas apresentam os objetivos, a estrutura e as diretrizes dos serviços para os gestores e profissionais que fazem parte dele. Entretanto, o que está previsto nelas apresenta pressuposições fixas e caminhos rígidos de empowerment para as mulheres. Especificamente o registro policial e a Lei Maria da Penha vêm se

apresentando como estratégias principais e/ou essenciais para o rompimento da situação de violência assim como para a garantia de acesso a determinados serviços.

Entre os princípios norteadores dos Centros de Referência, encontra-se:

“2. Defesa dos Direitos das Mulheres e Responsabilização do agressor e dos serviços: (...) O Centro de Referência deve promover a responsabilização do agressor, por meio de encaminhamento - e monitoramento - do caso para o sistema de segurança pública e de justiça e acompanhamento da mulher em situação de violência nos contatos com esses equipamentos”. (p.16)

Na descrição da metodologia de atendimento, está presente:

“Aconselhamento e acompanhamento jurídico (...) com o objetivo de evitar a que a mulher volte a ser vítima, o Centro de Referência oferece aconselhamento jurídico e acompanhamento nos atos administrativos de natureza policial e nos procedimentos judiciais, informando e preparando a mulher em situação de violência para participação nessas atividades”. (p.11)

Apesar de a Norma Técnica prever o respeito às decisões das mulheres e a construção de um plano conjunto de acompanhamento com cada mulher nos Centros de Referência, os trechos destacados demonstram a apresentação da alternativa da denúncia como princípio norteador do serviço e a instauração de um processo a partir dela como metodologia de trabalho. Se a denúncia é norteadora do serviço e se o processo ocorre com o objetivo de não revitimizar a mulher, já se parte de pressupostos específicos que levam ao empowerment feminino.

A Norma Técnica é apenas uma expressão de uma política de enfrentamento à violência bastante calcada nas estratégias jurídicas com privilégio de investimentos na criação de equipamentos nesse âmbito.

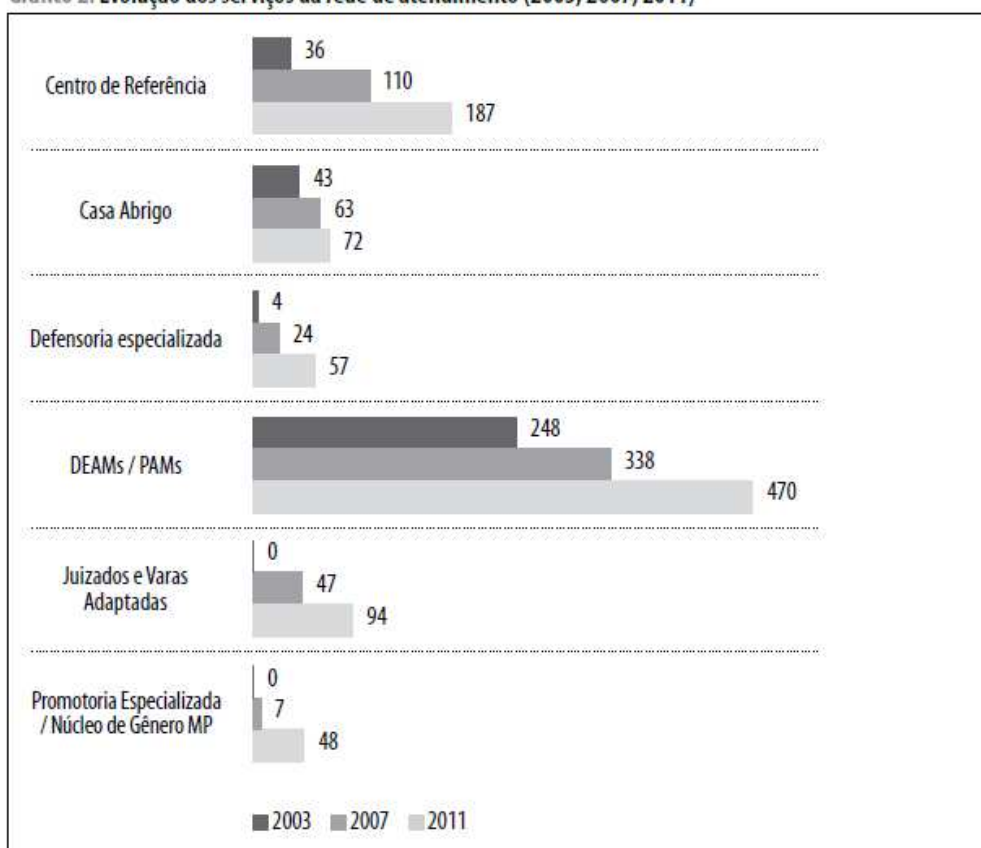
Em 2011, foi publicado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres o documento Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que apresentou um balanço dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. O documento apresenta os objetivos da rede de enfrentamento:

“O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de *políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres*, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Portanto, a rede de enfrentamento tem por

objetivos (...) *dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres.*" (Brasil, 2011, p. 13- grifos meus).

Apesar do reconhecimento da necessidade de promover estratégias de empowerment e de lidar com a violência contra a mulher como um fenômeno complexo, o mesmo documento apresenta a evolução dos serviços da rede de atendimento e mostra claramente que os serviços que fazem parte dessa rede são majoritariamente jurídicos e que houve aumento expressivo da criação de delegacias especializadas em relação aos outros equipamentos da rede:

Gráfico 2: Evolução dos serviços da rede de atendimento (2003, 2007, 2011)



Fonte: Sistema da Rede de Atendimento/SPM (acesso em 20 de setembro de 2011).

O que está previsto na Norma Técnica de Uniformização dos centros de referência e o que é privilegiado em termos de criação de serviços de atenção à violência se desdobra na atuação profissional dentro dos serviços. A partir da experiência da autora como psicóloga de um centro de referência no Rio de Janeiro, exploraremos a seguir a atualização dessas diretrizes na prática profissional e nos debates nas mulheres atendidas.



## **Exemplificando a norma**

O questionamento das estratégias de empowerment apresentadas pelas políticas e orientações para os serviços se deu a partir da minha experiência como profissional de um centro de referência. Escolhi uma situação vivida por mim como profissional para ilustrar o trajeto até esse questionamento.

Em um acolhimento realizado em dos meus primeiros meses como profissional do centro de referência, uma mulher chegou apresentando alguns machucados no corpo dela e contou para mim e para a outra profissional que realizava o atendimento comigo que seu marido a prendia em casa, batia nela quase diariamente e a ameaçava de morte. Ela não tinha família na cidade e contava apenas com uma amiga que morava próximo à sua casa.

Oferecemos a ela as opções da denúncia e do abrigo e explicamos como funcionam esses procedimentos. Ela recusou firmemente a denúncia como opção e disse que pensava em ir para a casa de sua amiga para se proteger. Lembro que não fomos impositivas mas ainda assim fomos enfáticas na recomendação relativa à ida para a casa-abrigo. A usuária então aceitou o abrigo e combinou conosco que iria para casa buscar os documentos e então voltaria.

Dois desdobramentos foram marcantes em relação a esse atendimento. O primeiro é que essa usuária nunca voltou nem para o abrigo e nem para o centro de referência desde então. Revisitando o acontecimento, percebo que, no lugar da oferta de opções e da ênfase em um direcionamento, seria melhor ter mantido a escuta mais atenta para os desejos e para as possibilidades daquela mulher naquele momento. Nesse sentido, as orientações para o serviço são extremamente limitadas e diretivas, considerando que todas as mulheres que estão em situação de violência terão o desejo e/ou a possibilidade de, a partir do sofrimento ou das privações nas quais vivem, decidirem por denunciar seus companheiros ou por passar dias ou meses longe de suas referências atuais.

O segundo desdobramento refere-se às ações tomadas pela casa-abrigo quando entramos em contato para falar sobre o transporte e a possível chegada de uma usuária. A apresentação de um boletim de ocorrência foi tratada como obrigatoriedade para a entrada ainda que tenhamos afirmado e reafirmado que a mulher não tinha interesse em fazê-lo. Talvez por resistência ao acolhimento dessa mulher sem o boletim de

ocorrência ou talvez por desorganização do próprio serviço, houve recusa em oferecer transporte para a mulher e, até o momento em que percebemos que a usuária não retornaria para o abrigo, tivemos que recorrer a outras estratégias para possibilitar a chegada dessa mulher à casa-abrigo.

Por esses desdobramentos do acolhimento realizado, é possível observar que houve duas situações que apontaram para uma limitação e um enrijecimento de alternativas para lidar com a mulher em situação de violência. Essas situações estão inseridas no que é preconizado pelas políticas de enfrentamento, orientações aos serviços e criação e investimento em equipamentos da rede.

A contraposição entre essas preconizações e os sentidos de empowerment serão discutidas a seguir.

### **Considerações finais: retornando ao empowerment**

Os sentidos de empowerment eleitos para este debate mostram que são elementos essenciais do processo de empowerment a consideração das vivências cotidianas das mulheres em situação de violência, a necessidade de promover ou apoiar movimentos em direção a transformações sociais estruturais em continuum do micro para o macro e a valorização da iniciativa dos sujeitos e coletivos na promoção de seus próprios processos.

Alternativas para promover o empowerment vêm sendo oferecidas às mulheres que vivem em situação de violência de gênero em termos de políticas públicas e respostas jurídicas. Entretanto, as mulheres seguem trajetórias muito menos lineares do que o preconizado pelas normas e políticas. Manejar a violência em sua casa por meio das opções e serviços que a rede oferece hoje não necessariamente é o que elas podem fazer ou, ainda mais importante, não necessariamente é o que elas desejam fazer e, por isso, há desconsideração das subjetividades e dos cotidianos das mulheres.

Muitas vezes, essas alternativas minam as iniciativas das próprias mulheres apresentando-se com rigidez nos serviços da rede de enfrentamento, ignorando exatamente os movimentos das mesmas, o que é tão valorizado nos sentidos do empowerment.

A dissonância entre as alternativas e os desejos e possibilidades das mulheres em situação de violência aponta para ações que estão distantes da promoção do empowerment. A distância pode ser diminuída ou até mesmo anulada se as próprias mulheres passarem a ser ouvidas em suas demandas reais e desejos presentes no manejo da violência de gênero em suas vidas. Esse direcionamento contribuirá para a construção de estratégias efetivamente promotoras do empowerment e para um enfrentamento mais efetivo da violência de gênero no Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, S.S.; Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, S.S. (Org). *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 23-42.

BRASIL. *Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2008, 45 p.

BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. 2005. 101 p.

BRASIL. *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. 2011. 74 p.

CARVALHO, S.R. Os múltiplos sentidos da categoria "*empowerment*" no projeto de Promoção da Saúde. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 20, nº 4, p. 1088-1095, 2004.

HEANEY, Tom. Issues in Freirean Pedagogy. *Thresholds in Education*. 1995.

LAVERACK, G. Improving health outcomes through community empowerment: a review of the literature. *Journal of Health, Population and Nutrition*. New Zealand, v. 24, p.113-120, 2006.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em los estúdios de gênero. *La Ventana*. N. 13. 2001.

FREIRE, Paulo e Shor, Ira. *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*. São Paulo: Paz e Terra, 13 ed. 2011.

SAFFIOTI, H.I.B. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, M. e OLIVEIRA, S. (orgs.). *Marcadas a Ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: SEPM, 2005. P. 35-76.

VALOURA, Leila de Castro. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento em seu sentido transformador. *Instituto Paulo Freire*. 2005.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teoria e estratégias*. São Paulo: Paulus. 2003.